CURRÍCULO ALTERNATIVO E SEUS EFEITOS NA INCLUSÃO ESCOLAR[1].

Cláudia Schubert[2], Anna Rosa Fontella Santiago[3]. UNIJUÍ

Este projeto de pesquisa pretende entender os efeitos das mudanças curriculares implantadas em escolas da rede pública municipal de Ijuí no período 2001 a 2005. No referido período um número significativo de escolas de educação fundamental reorganizou seus currículos, implantando propostas alternativas sugeridas pela legislação e pelas políticas educacionais, com vistas a promover a inclusão não só de portadores de deficiência, mas de todos aqueles que, por motivos diversos, estivessem excluídos do direito à escolarização. Tais mudanças pretendiam inscrever o currículo escolar na perspectiva conceitual da "educação para todos" adotada, no Brasil, pelas políticas de educação, desde a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia, em 1992. Conforme o artigo 3º do Acordo de Jomtien, a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos, aos grupos de excluídos – os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas dentre outros, os quais não devem sofrer qualquer tico de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. Essas concepções foram assumidas pelas políticas educacionais em todos os níveis, expressando-se em leis e pareceres que levaram as escolas a reestruturar seus projetos político-pedagógicos e seu planejamento curricular, adotando alternativas como os "ciclos de formação". No Rio Grande do Sul, as escolas eram convidadas a participar, no período 2001/2002, da "Constituinte Escolar", política adotada pelo governo estadual e, mais especificamente em Ijuí, as escolas da rede municipal atendiam aos dispositivos do Parecer CEED nº323/99 e da Res. CEED nº243/99 que traziam orientações sobre a elaboração de planos curriculares, e regimentos escolares. Decorridos quatro anos da implantação dessas mudanças, cabe perguntar sobre seus efeitos na aprendizagem e na redução do fracasso escolar: As escolas persistiram com o desenho curricular proposto? Quais foram as dificuldades encontradas na sua implantação e/ou consolidação? Em que sentido uma proposta de currículo por ciclos ou etapas de formação facilita a aprendizagem e a inclusão? Qual é o tempo médio de permanência dos alunos no ensino fundamental numa escola que adotou o currículo alternativo? METODOLOGIA: Numa abordagem quali/quantitativa, a investigação será desenvolvida em duas etapas complementares. Na primeira etapa está sendo realizado o levantamento, nos arquivos da SMED, do número de escolas da rede municipal que implantaram currículos alternativos no período indicado, bem como sobre o percurso escolar dos alunos integrados na modalidade de currículo adotada. Na segunda etapa, os dados serão interpretados, em abordagem qualitativa, através de entrevistas e acompanhamento do projeto pedagógico, em duas escolas, cujo corpo docente se disponha a participar e integrar-se como sujeito da pesquisa, em processo de reflexão e teorização sobre as práticas curriculares. RESULTADOS: A pesquisa está na fase inicial de levantamento de dados, constatando-se que cinco escolas da rede municipal implantaram currículo alternativo: ciclos de formação ou progressão continuada. A proposta de ciclos de formação não permanece em nenhuma delas.

---

[1] Projeto de pesquisa.

[2] Acadêmica do Curso de Pedagogia da Unijuí – Universidade Regional do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Bolsista PIBI/CNPq.

[3] Doutora em Educação- Professora no Curso de Pedagogia e no Mestrado em educação da UNIJUI